



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data da atualização: 11/05/2011

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

SÚMULA STJ Nº 14

ARBITRADOS OS HONORARIOS ADVOCATICIOS EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CAUSA, A CORREÇÃO MONETARIA INCIDE A PARTIR DO RESPECTIVO AJUIZAMENTO.

(VIDE: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 29

NO PAGAMENTO EM JUIZO PARA ELIDIR FALENCIA, SÃO DEVIDOS CORREÇÃO MONETARIA, JUROS E HONORARIOS DE ADVOGADO.

(VIDE: [FALÊNCIA E CONCORDATA](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 105

NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA NÃO SE ADMITE CONDENAÇÃO EM HONORARIOS ADVOCATICIOS.

(VIDE: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 110

A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE HONORARIOS ADVOCATICIOS, NAS AÇÕES ACIDENTARIAS, E RESTRITA AO SEGURADO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 111

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, NÃO INCIDEM SOBRE AS PRESTAÇÕES VENCIDAS APÓS A SENTENÇA. (*)

(*) - APRECIANDO O PROJETO DE SÚMULA N. 560, NA SESSÃO DE 27/09/06, A TERCEIRA SEÇÃO DELIBEROU PELA MODIFICAÇÃO DA SÚMULA N. 111.

REDAÇÃO ANTERIOR (DECISÃO DE 06/10/1994, DJ 13/10/1994): OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, NÃO INCIDEM SOBRE PRESTAÇÕES VINCENDAS.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 131

NAS AÇÕES DE DESAPROPRIAÇÃO INCLUEM-SE NO CALCULO DA VERBA ADVOCATÍCIA AS PARCELAS RELATIVAS AOS JUROS COMPENSATORIOS E MORATORIOS, DEVIDAMENTE CORRIGIDAS.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#), [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 141

OS HONORARIOS DE ADVOGADO EM DESAPROPRIAÇÃO DIRETA SÃO CALCULADOS SOBRE A DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO E A OFERTA, CORRIGIDAS MONETARIAMENTE.

NESSE SENTIDO: [REsp 116306](#)

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 201

OS HONORARIOS ADVOCATÍCIOS NÃO PODEM SER FIXADOS EM SALÁRIOS-MINIMOS.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 306

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER COMPENSADOS QUANDO HOVER SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, ASSEGURADO O DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO À EXECUÇÃO DO SALDO SEM EXCLUIR A LEGITIMIDADE DA PRÓPRIA PARTE.

(VIDE: [LEGITIMIDADE](#); [SUCUMBÊNCIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 345

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA FAZENDA PÚBLICA NAS EXECUÇÕES INDIVIDUAIS DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÕES COLETIVAS, AINDA QUE NÃO EMBARGADAS.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 421

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO SÃO DEVIDOS À DEFENSORIA PÚBLICA QUANDO ELA ATUA CONTRA A PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO À QUAL PERTENÇA.

(VER: [DEFENSORIA PÚBLICA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 453

OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, QUANDO OMITIDOS EM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO, NÃO PODEM SER COBRADOS EM EXECUÇÃO OU EM AÇÃO PRÓPRIA.

(VER: [SUCUMBÊNCIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 234

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO EM AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO JULGADA PROCEDENTE.

(VIDE: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 256

É DISPENSÁVEL PEDIDO EXPRESSO PARA CONDENAÇÃO DO RÉU EM HONORÁRIOS, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 63 OU 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 257

SÃO CABÍVEIS HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO REGRESSIVA DO SEGURADOR CONTRA O CAUSADOR DO DANO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 450

SÃO DEVIDOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO SEMPRE QUE VENCEDOR O BENEFICIÁRIO DE JUSTIÇA GRATUITA.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 472

A CONDENAÇÃO DO AUTOR EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, COM FUNDAMENTO NO ART. 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DEPENDE DE RECONVENÇÃO.

(VER: [RECONVENÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 509

A LEI 4632, DE 18/5/1965, QUE ALTEROU O ART. 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, APLICA-SE AOS PROCESSOS EM ANDAMENTO, NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 512

NÃO CABE CONDENÇÃO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA.

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 616

É PERMITIDA A CUMULAÇÃO DA MULTA CONTRATUAL COM OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, APÓS O ADVENTO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL VIGENTE.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 617

A BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO EM DESAPROPRIAÇÃO É A DIFERENÇA ENTRE A OFERTA E A INDENIZAÇÃO, CORRIGIDAS AMBAS MONETARIAMENTE.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 633

É INCABÍVEL A CONDENÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS INTERPOSTOS EM PROCESSO TRABALHISTA, EXCETO NAS HIPÓTESES PREVISTAS NA LEI 5584/1970.

(VER: [DIREITO DO TRABALHO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

1. A GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONCEDIDA À PARTE NÃO SE ESTENDE AO PATRONO QUANDO SEU RECURSO ENVOLVER EXCLUSIVAMENTE A FIXAÇÃO OU MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA.

PRECEDENTES: APCV [2009.227.00884](#), TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADA EM 17/04/2009. AGINST [2007.002.27102](#), TJERJ, 10ª C. CÍVEL, JULGADO EM 22/10/07.

(VER: [GRATUIDADE DE JUSTIÇA](#), [RECURSO](#), [SUCUMBÊNCIA](#))

6. INCIDE VERBA HONORÁRIA NO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA A PARTIR DO DECURSO DO PRAZO PREVISTO NO ART. 475-J, DO CPC.

PRECEDENTES: AGINST [2009.002.28556](#), TJERJ, 9ª C. CÍVEL, JULGADO EM 30/07/2009. AGINST [2009.002.25322](#), TJERJ, 13ª C. CÍVEL, JULGADO EM 09/07/2009.

27. NAS AÇÕES QUE VERSEM SOBRE A PRESTAÇÃO UNIFICADA DE SAÚDE, A VERBA HONORÁRIA ARBITRADA EM FAVOR DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA NÃO DEVE EXCEDER AO VALOR CORRESPONDENTE A MEIO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.47077](#), TJERJ, 7ª C. CÍVEL, JULGADA EM 02/09/2009. APCV [2009.001.47604](#), TJERJ, 5ª C. CÍVEL, JULGADA EM 28/08/2009.

(VER: [DEFENSORIA PÚBLICA](#), [DIREITO À SAÚDE](#), [SALÁRIO-MÍNIMO](#))

28. OS MUNICÍPIOS E AS FUNDAÇÕES AUTÁRQUICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS RESPONDEM PELA VERBA HONORÁRIA DEVIDA AO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM CASO DE SUCUMBÊNCIA.

PRECEDENTES: APCV [2009.227.02514](#), TJERJ, 19ª C. CÍVEL, JULGADA EM 26/08/2009; APCV [2009.001.27949](#), TJERJ, 9ª C. CÍVEL, JULGADA EM 25/08/2009.

(VER: [DEFENSORIA PÚBLICA](#), [SUCUMBÊNCIA](#))

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ENUNCIADO 96 - A CONDENAÇÃO DO RECORRENTE VENCIDO, EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INDEPENDE DA APRESENTAÇÃO DE CONTRA-RAZÕES. (APROVADO NO XVIII ENCONTRO - GOIÂNIA/GO).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 122 - É CABÍVEL A CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO INOMINADO. (APROVADO NO XXI ENCONTRO - VITÓRIA/ES).

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 136 (NOVO) - O RECONHECIMENTO DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ PODERÁ IMPLICAR EM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS, HONORÁRIOS DE ADVOGADO, MULTA E INDENIZAÇÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS 55, CAPUT, DA LEI 9.099/95 E 18 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL". (APROVADO POR UNANIMIDADE NO XXVII FONAJE - PALMAS/TO - 26 A 28 DE MAIO DE 2010).

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [INDENIZAÇÃO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [MULTA](#))

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº SN23

11.10.1 - OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA SENTENÇA OU ACÓRDÃO, QUANDO MERAMENTE PROTELATÓRIOS, CARACTERIZAM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, ENSEJANDO A CONDENAÇÃO DO EMBARGANTE EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, SEM PREJUÍZO DA MULTA PREVISTA NO ART. 18, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [EMBARGOS DE DECLARAÇÃO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ](#), [MULTA](#))

12.6 - CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INAPLICABILIDADE NÃO SE APLICA O DISPOSTO NO ART. 55, CAPUT DA LEI 9099/95, NA HIPÓTESE DE PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

12.6.1 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FIXAÇÃO EM CASO DE RECURSO DE AMBAS AS PARTES E PROVIDO SOMENTE O RECURSO DA PARTE AUTORA PARA MAJORAR O VALOR DA CONDENAÇÃO, OS HONORÁRIOS DEVEM SER CALCULADOS SOBRE O VALOR FINAL DA CONDENAÇÃO.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [RECURSO](#))

14.2.5 - NÃO INCIDEM HONORÁRIOS, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR DE MULTA COMINATÓRIA.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [MULTA](#))

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 65

1. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA CONSTITUEM VERBA AUTÔNOMA, DE NATUREZA ALIMENTAR, PODENDO SER OBJETO DE REQUISIÇÃO ESPECÍFICA E INDEPENDENTE DO REQUISITÓRIO CORRESPONDENTE À CONDENAÇÃO DEVIDA À PARTE.

(VER: [SUCUMBÊNCIA](#))

[AVISO TJ Nº 65, DE 11/12/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 17

18 - AO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NÃO PODE SER IMPOSTA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA.

JUSTIFICATIVA: A DEFENSORIA PÚBLICA É ÓRGÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LOGO, A ESTE NÃO SE PODE IMPOR CONDENAÇÃO NOS HONORÁRIOS EM FAVOR DAQUELE CENTRO DE ESTUDOS, CONFORME JURISPRUDÊNCIA ITERATIVA DO STJ.

REF.: RESP 658318/RJ, STJ, 1ª TURMA, DJ 11/10/2004, P. 242
APCV 2003.001.34811, TJERJ, 7ª CÍVEL, JULGADA EM 16/03/2004
APCV 2003.001.22898, TJERJ, 13ª CÍVEL, JULGADA EM 04/02/2004

(VER: [DEFENSORIA PÚBLICA](#))

[AVISO TJ Nº 17, DE 24/05/2005](#)

ENUNCIADO – ATO EMERJ Nº SN1

10- NAS DEMANDAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR INADIMPLEMENTO CONTRATUAL IMPOR-SE-Á INDENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS MATERIAIS, COM CORREÇÃO MONETÁRIA, MAIS JUROS DE MORA, A PARTIR DA CITAÇÃO, E OS HONORÁRIOS DEVEM SER ARBITRADOS EM PERCENTUAL EQUITATIVO A INCIDIR SOBRE AS PRESTAÇÕES VENCIDAS E UM ANO DAS VINCENDAS, NA FORMA DO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 20 DO CPC. – UNÂNIME

(VER: [INDENIZAÇÃO](#))

[ATO EMERJ Nº SN1, DE 25/11/2003](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

26) AINDA QUE ACOLHIDOS OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, NÃO DEVE A FAZENDA PÚBLICA SER CONDENADA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO SE A EXECUÇÃO FOI PROPOSTA EM RAZÃO DE ERRO POR PARTE DO CONTRIBUINTE.

(VER: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [FAZENDA PÚBLICA](#))

[AVISO TJ Nº 46, DE 15/09/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº XIII – NA AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO, EM QUE OCORRA EMENDA DA MORA, A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS PODE SER ESTABELECIDADA PELO JUIZ DE FORMA DIVERSA DA PREVISTA NO CONTRATO DE LOCAÇÃO.

(VER: [DIREITO IMOBILIÁRIO](#), [LOCAÇÃO](#))

ENUNCIADO Nº XVI – A VERBA HONORÁRIA REFERIDA NO ART. 67, VII, DA LEI Nº 8.245/91, ABRANGE A AÇÃO E A RECONVENÇÃO.

(VER: [DIREITO IMOBILIÁRIO](#), [LOCAÇÃO](#), [RECONVENÇÃO](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjrj.jus.br